

# Absolvição de Tajra: contradições.

MAGALHÃES NEGA QUE TENHA ABSOLVIDO O DEPUTADO, MAS MESA DA CÂMARA SE BASEOU EM CARTA DO RELATOR PARA LIVRÁ-LO DE INVESTIGAÇÃO.

O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), negou ontem em Miami, onde passa férias, que tenha absolvido qualquer deputado por conta própria. Na terça-feira, a Mesa da Câmara decidiu retirar o nome de Jesus Tajra (PFL-PI) das novas investigações sobre irregularidades no Orçamento com base em carta de Magalhães que o inocentava. Apesar de considerar que o nome de Tajra entrou de forma equivocada na relação, o relator disse, em entrevista ao correspondente **Jorge Meditsch**, que apenas escreveu uma carta ao deputado, dispondo-se a depor a seu favor. “Eu só escrevi a carta porque a mulher dele estava desesperada, chorando, mas não o absolvi, nem poderia ter absolvido, pois a carta não era dirigida à Mesa”, afirmou. “Eu não sou idiota e só um cretino faria isso. Como é que eu posso influenciar a Mesa?”

Além de Tajra, foram inocentados pela Mesa Pedra Irujo (PMDB-BA) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP), com base no depoimento pessoal do vice-presidente da CPI, deputado Odacir Klein (PMDB-RS). Magalhães disse desconhecer como foram absolvidos Mudalen e Irujo. “Não tenho nada a ver com isso”, afirmou. “Houve uma mudança de um período sobre Mudalen, numa errata publicada no dia 21. Depois, ele voltou a mim, querendo mais, mas nada foi mudado. O que eu propus, em relação a Mudalen e Irujo, é o que saiu no relatório. Nada tenho a modificar e

cabe à Mesa avaliar.” Segundo o relator, agora, que a Mesa já os liberou, “o problema não é comigo”.

Magalhães diz ignorar também o desaparecimento de páginas em benefício do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). “Eu me recordo que, na leitura, as conclusões sobre ele estavam corretas e, se não me engano, as premissas também”, afirmou. “Acho muito difícil uma ação desonesta dos assessores do Senado e da Câmara”, continuou, ressaltando que “tudo é possível no mundo”.

“Se fui vítima de alguma traição, não sei lhe dizer, mas pergunto: por que haveriam de mexer num parecer sem mudar o resultado?”, afirmou. Uma possível influência da alteração no julgamento foi descartada, sob o argumento de que os sub-relatórios ainda contém os elementos que levaram às conclusões. “Se meu parecer tiver alguma coisa a menos, isso pode ser completado com as provas subsidiárias”.

Magalhães alertou sobre possíveis manobras para desmoralizar o relatório: “É claro que essa seria a primeira manobra a se esperar dos advogados dos cassáveis”, afirmou. “Eles vão fazer de tudo para, a partir de pequenos problemas, tentar abalar a credibilidade da CPI”. Segundo ele, “não há nenhum inocente entre os 18 cuja cassação foi recomendada”, afirmou. “Pode ser que a Câmara chegue a uma conclusão diferente mas, no que depender de mim, nenhum deles vai para o Céu”.



Magalhães: “O problema não é comigo”.

Arquivo/AE